

Mala Direta
Básica

9912350112-MA
SINTSEP-MA




INFORMATIVO

SINTSEP

M A R A N H ã O

SEM REAJUSTE

Servidores do Poder Executivo seguem para o quarto ano sem reajuste salarial



Diferente dos outros poderes, os servidores do Poder Executivo seguem sem qualquer sinalização sobre o reajuste salarial da categoria. Este ano, a Assembleia Legislativa aprovou reajustes salariais para todos os servidores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e do próprio Poder Legislativo. Todas as solicitações foram aprovadas sem quaisquer questionamentos e com a benção do governador Flávio Dino, que se recusa a receber o Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo para discutir a implantação da 2ª Etapa e a reabertura do Plano Geral de Carreiras e Cargos (PGCE).

A falta de consideração com os servidores do Executivo é clara. Vários ofícios foram

protocolados na Casa Civil, mas nenhum deles mereceu pelo menos uma resposta com justificativas para a recusa em receber as entidades sindicais para o debate sobre a política salarial dos companheiros e companheiras que fazem a máquina pública funcionar.

“Se houvesse um pouco de sensibilidade do Executivo Estadual, pelo menos um percentual das perdas salariais já diminuiria as dificuldades do funcionalismo público”, afirma Cleinaldo Bil Lopes, presidente do SINTSEP e coordenador do Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo.

Sem qualquer justificativa plausível, nem mesmo a situação financeira e fiscal do

Estado, que se encontra em um cenário confortável, o governador Flávio Dino decidiu ser contrário aos direitos dos servidores públicos do Maranhão. O governador vem se empenhando, pessoalmente, para derrubar todas as ações que os sindicatos têm na Justiça, contratando uma banca de mais de 30 advogados, que trabalham na Procuradoria Geral do Estado diuturnamente, com o objetivo de derrubar a URV, os 21,7%, os 5,14% e os 6,10%.

Com os salários defasados, os servidores seguem para o quarto ano sem qualquer reajuste. Mas, a luta continua e, em 2018, o funcionalismo público do Maranhão saberá dar a sua resposta!

Companheiros e companheiras,

É sabido que procuramos fazer nosso trabalho à frente do sindicato da melhor forma possível, com disposição, zelo, paciência, maturidade, seriedade e, sobretudo, respeito ao servidor. Sabemos que nossa representação sindical leva em consideração o anseio e a esperança para muitos pais e mães de família, que ainda acreditam na valorização do trabalhador público estadual e que o SINTSEP, por ser um instrumento de luta e defesa dos interesses dos funcionários públicos estaduais, pode e poderá construir uma rede de benefícios para a categoria, aumentando sua renda e a qualidade de vida do conjunto dos servidores.

É verdade que uma boa representação sindical contribui para o fortalecimento da classe trabalhadora, encorajando e estimulando sua categoria a sonhar com dias melhores. Sabemos também que não temos o direito de desistir dos nossos sonhos e perder a esperança. Cada vez mais tenho a certeza que somos fortes e podemos muito, verdade que se materializa quando nos unimos reivindicando nossos interesses. Quando isso acontece, nossa ação ganha visibilidade e importância, aumentando significativamente a chance de termos sucesso em nossos pleitos.

Muitos pensam que apenas a representação sindical é suficiente para garantir conquistas. As vezes sim, quando os trabalhadores também assumem a luta. Mas, no decorrer dos anos e com mais experiência na condução do sindicato, somos obrigados a compreender que existe espaço maior e para além da representação sindical e que podemos, também, contribuir com a mesma intensidade, compromisso, lealdade e desenvoltura na defesa dos servidores públicos estaduais. É esse espaço que precisamos ocupar na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Sem se desvincular da luta paredista e atuando em duas frentes: na representação política e sindical.

Sabemos que na Assembleia

Representação Sindical ou Representação Política: Possibilidades ao Alcance dos Servidores

Legislativa do Maranhão nossa defesa a favor dos funcionários públicos estaduais terá mais densidade, visibilidade e força, objetivando mais conquistas junto ao poder público, porque, naturalmente, é uma Casa Legislativa que tem por finalidade ecoar os anseios, desejos e sentimentos da sociedade maranhense. É o espaço político onde toda categoria objetiva ter seu representante para encaminhar e defender projetos de interesses da classe social representada.

Nas eleições de 2014 tivemos candidato ao cargo de deputado estadual, que obteve mais de 8 mil votos, mesmo lançando candidatura de última hora. Mais da metade desses votos foram dados por trabalhadores públicos estaduais, que compreenderam e tiveram consciência da necessidade de termos um ou mais representantes classistas/servidores no parlamento maranhense.

Nas próximas eleições, temos que nos mobilizar com antecedência, apostando em alguém do nosso meio, conhecido, que tenha contribuído na organização da luta e demonstrado, no dia a dia e ao longo dos anos, disposição, vontade política e compromisso em defesa dos interesses dos servidores e servidoras do Estado.

Na atual conjuntura, sabemos da dificuldade de realizar uma campanha por meio apenas do convencimento do eleitorado. Mas, na nossa situação específica, temos um diferencial em relação às demais candidaturas, que são as ações e a dedicação integral de liderança sindical do nosso meio, que não mede esforço quando se trata da defesa dos direitos de servidores e servidoras públicos do Estado.

A avaliação diária por parte do servidor sobre quem de fato coordena a luta e defende os

interesses da categoria tem sido oportunizada, o que caracteriza mais um fator positivo na escolha do representante. Contudo, podemos ir além e fazer a diferença se cada servidor ou servidora chamar para si a responsabilidade de assumir a campanha eleitoral como se fosse sua. Obviamente levando em consideração sua compreensão política ou consciência de classe e o desejo e interesse de ser representado no parlamento maranhense por alguém de sua categoria, que possua sua confiança e que tenha credibilidade perante os trabalhadores.

Posto isso, temos a certeza de que só seremos vitoriosos se cada servidor(a) tiver a clareza quanto a importância de ter um representante da categoria na Assembleia Legislativa do Maranhão e abraçar essa causa.

Sua compreensão e contribuição poderá fazer muita diferença! Todo apoio que nos for dado será bem-vindo!



Cleinaldo Bil Lopes
Presidente

FESTA DO SERVIDOR 2017

Obrigado a todos e todas que, mais uma vez, fizeram da nossa festa um sucesso de público, alegria e muita diversão. Cada momento foi pensado com muito carinho para você, servidor (a). Até o próximo ano!



ANDAMENTO DAS AÇÕES

#URV

#5,14%

#21,7%

O SINTSEP continua na luta para garantir que nossos associados recebam todos os valores devidos no processo da URV. A ação foi iniciada em 2005 e a causa foi ganha em 2008, quando ficou determinada a execução. A demora no recebimento, infelizmente, ocorre por conta do atraso da revisão dos valores que foi solicitado pelo SINTSEP ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), após ser constatado que o perito nomeado pela justiça contemplou apenas uma parte dos associados do sindicato.

Quem tem direito: todos os servidores públicos estaduais da ativa, aposentados e pensionistas (administrativos, professores e profissionais de nível superior).

Ação que corresponde a uma perda salarial do período da governadora Roseana Sarney (1995), que fez uma revisão de salário com índice diferenciado entre a categoria dos administrativos e os profissionais de nível superior e professores, cuja diferença é equivalente a 5,14%. O SINTSEP entrou com um recurso solicitando a suspensão da liminar concedida ao Estado na Ação Rescisória que pede a suspensão da execução da ação dos 5,14%. O recurso também solicita, no mérito, a improcedência do pedido.

Quem tem direito: profissionais de nível superior e professores.

A ação dos 21,7% impetrada pelo SINTSEP não foi atingida pelo Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) acatado pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). A tese jurídica fixada pela Corte entendeu que Lei Estadual Nº 8.369/2006 trata de reajustes específicos de vencimentos concedidos a grupos setoriais de servidores, não versando sobre revisão geral anual. Na época do julgamento, a ação do SINTSEP estava sob a jurisdição do Supremo Tribunal Federal (STF) e, por isso, não foi afetada pela decisão.

Quem tem direito: professores, servidores administrativos, policial civil e militar, atividades penitenciárias e outras categorias menores.

